

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ATUAÇÃO MASCULINA NO MAGISTÉRIO

Aristides Ariel Bernardo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – aryel bernardo@hotmail.com

Resumo: Ao longo da história o ato de educar, principalmente no que se refere à educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, tornou-se uma função majoritariamente feminina, e diferentes representações sociais acerca da atuação de homens como professores de educação infantil se desenvolveram neste processo de feminização da profissão docente no magistério, surgindo a necessidade de investigar essa temática. Caracterizando uma pesquisa em andamento, as investigações realizadas aqui tem por objetivo dar inicio a pesquisas e constatações acerca das representações sociais de professoras que atuam no magistério acerca da atuação de homens professores na educação infantil. Entretanto, o presente trabalho volta-se a uma breve investigação bibliográfica, trazendo uma sucinta revisão da literatura para uma das categorias chave utilizada neste trabalho, que é o conceito de Representações Sociais. Segundo, faz-se um breve levantamento histórico do processo de constituição do magistério como função majoritariamente feminina, associada às representações do papel da mulher como mãe cuidadora. Em seguida serão apresentados dados acerca do número da presença masculina no magistério.

Palavras-chave: Professores homens, Educação infantil, Representações Sociais.

1. Introdução

Ao longo da história o ato de educar, principalmente no que se refere à educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, tornou-se uma função majoritariamente feminina, e diferentes representações sociais acerca da atuação de homens como professores de educação infantil se desenvolveram neste processo de feminização da profissão docente no magistério. Consequentemente, além da constatação do baixo número de homens atuando nesta área da educação, percebe-se, como demonstra Assis (2000), Sarat e Campos (2008), Gonçalves (2009), e Vianna *apud* Mandelli (2010), um elevado grau de preconceito sofrido por estes profissionais que atuam na educação infantil.



Partindo de tal problemática o presente trabalho tem por objetivo dar inicio a investigações acerca das representações sociais de professoras de educação infantil do município de Naviraí-MS em paralelo com professoras de educação infantil do município de Mamanguape-PB, acerca da atuação de homens professores no nível infantil de ensino. Entretanto, num primeiro momento, viu-se a necessidade de revisar a bibliografia existente acerca do tema fazendo uma investigação com embasamento teórico de autores que abordam questões de gênero na educação infantil com enfoque na discriminação do gênero masculino na atuação profissional com crianças, e fazer uma sucinta revisão da literatura para uma das categorias chave utilizada neste trabalho, que é o conceito de Representações Sociais. Assim, como sequência de tais investigações pretende-se dar continuidade a pesquisa levantando a opinião/visão destas profissionais sobre a (não) capacidade de homens, também como profissionais formados, de trabalhar e lidar com crianças, identificando em seus discursos como vêm à atuação destes professores caso já tenham trabalhado com algum homem durante sua carreira. Bem como saber se já presenciaram algum tipo de discriminação de gênero por parte da própria escola, da comunidade em geral e/ou principalmente de pais de crianças que teriam seus filhos sobre cuidados de profissionais do gênero masculino.

2. Fundamentação Teórica e revisão da literatura

A abordagem teórica desta investigação está pautada em três momentos, a saber: a) a primeira traz a revisão da literatura para uma das categorias chave utilizada neste trabalho, que é o conceito de Representações sociais, b) segundo, fazer um breve levantamento histórico do processo de constituição do magistério como função majoritariamente feminina, associada às representações do papel da mulher como mãe cuidadora, c) em seguida serão apresentados dados acerca do número da presença masculina no magistério.

2.1. Representações Sociais



Segundo Gonçalves (2009, p. 21) apud Arruda (2002), "a teoria das representações sociais, segundo a perspectiva da Psicologia Social, surge na França com a publicação da obra La Psychanalyse, son image, son public, obra de Serge Moscovici, em 1961[...]", que inicia esse processo de elaboração teórica retomando o conceito de representação coletiva proposto por Durkheim, e pode ser entendida como um conjunto de ideias que pairam no imaginário dos indivíduos de determinado grupo como uma forma de interpretar e pensar a realidade cotidiana. Ou seja, é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos de nossa vida social e individual, e ajuda na construção da realidade a nossa volta.

Segundo Moscovici (1973, p. 17) representação social seria:

[...] um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiramente, estabelecer uma ordem que habilitará os indivíduos a orientarem-se em seu mundo material e social e dominarem-no; e, em segundo lugar, possibilitar a realização da comunicação entre os membros de uma comunidade pelo fornecimento de um código para o "intercâmbio" social e de um código para nomearem e classificarem, sem ambiguidades, os diversos aspectos de seu mundo e de sua história individual e em grupo.

Podemos levantar nesta discussão, segundo esta perspectiva, que as pessoas, de acordo com Gonçalves (2009), agem segundo os sistemas de valores e as ideias predominantes no meio em que vivem. Valores e ideias estas que são necessárias para haver uma organização e um controle do mundo material e social. Controle que "acontece por parte de pequenos grupos que se consideram mais desenvolvidos numa determinada cultura e que estabelecem as regras que devem ser seguidas por toda a população." (Gonçalves, 2009, p. 22). Assim representação social pode ser entendida como tendo a função de elaborar padrões de comportamento e formas de comunicação entre as pessoas, modelando e justificando comportamentos e expressões.

Gonçalves (2009, p. 23) defende que:

Os padrões de comportamento predominantes numa determinada cultura não são, portanto, naturais, e sim construídos socialmente, seguindo modelos que atendem aos interesses de determinados grupos da mesma sociedade. Como estes padrões são aceitos como verdadeiros, as pessoas que agem de maneira contrária são vistas como incorretas por infringirem as normas aceitas pela cultura na qual estão inseridas.



Muitas vezes essas pessoas sofrem consequências e, para evitá-las, voltam a agir conforme as normas estabelecidas.

Segundo os Estudos Culturais, pode-se afirmar também que as representações podem indicar o modo pelo qual os sujeitos se vêm, se percebem e se interpretam, bem como a maneira como eles são vistos e são tratados por outras pessoas no âmbito social, sendo que tais interpretações exercem influência no processo de construção da identidade do sujeito. Neste sentido Louro (2007, p. 99) diz que "professores e professoras – como qualquer outro grupo social – foram e são objeto de representações." E por tais representações colaborarem na formação da identidade desses(as) professores(as) ela completa dizendo que as representações "[...] não são meras descrições que 'refletem' as práticas desses sujeitos; elas são, de fato, descrições que os 'constituem', que os 'produzem'".

Professoras foram vistas, em diferentes momentos, como solteironas ou "tias", como gentis normalistas, habilidosas alfabetizadoras, modelos de virtudes, trabalhadoras da educação; professores homens foram apresentados como bondosos orientadores espirituais ou como severos educadores, sábios mestres, exemplos de cidadãos... (Louro 2007, p. 100).

Deste modo paira a ideia de que a professora é a "tia" gentil, habilidosa e paciente com as crianças, um modelo de virtude e afetividade visto como facilitador para a aprendizagem das crianças. Esta ideia se adéqua ao conceito de representações sociais por ser um conjunto de regras normativas à "função" da mulher como professora que não só foram extraídas do imaginário social de que tais características se atribuem às mulheres como também ditam que tais mulheres devem se comportar desta maneira e possuir tais características, o que segundo Gonçalves (2009, p. 25) "contribui para reforçar as representações de que o magistério é mais adequado para as mulheres, em detrimento dos homens." O que também acaba por justificar a recusa de vários seguimentos do conjunto social em aceitar um homem cuidando de seus filhos(as).

Entretanto, isso nem sempre ocorreu desta maneira já que até meados do século XIX quase não haviam mulheres responsáveis pela educação formal. Gradativamente, durante o século XX, as mulheres foram se ocupando dessa atividade, por motivos sociais e econômicos



diversos. Porém, cabe salientar, portanto, que não há nenhuma "natureza" feminina nem tão pouco masculina nesta profissão, e que as representações sociais acerca da profissão docente é apenas um construto desenvolvido nas relações sociais visando um ou outro interesse.

2.2. Processo de constituição do magistério como "profissão da mulher"

Até os anos 1930, o quadro docente no Brasil era constituído em sua maioria por homens e direcionado apenas para os filhos homens de uma classe econômica mais favorecida, conforme relata Louro (1997, p. 77):

Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, a princípio, marcadamente masculino. De um lado e de outro das carteiras circulavam meninos e homens: a escola foi, inicialmente, conduzida pelos mestres jesuítas e dirigida à formação dos meninos brancos da elite. Aos poucos a instituição viu-se obrigada a acolher outros grupos sociais: os meninos de outras origens e etnias e as meninas.

Hypólito (1997, p.54) apresenta um gráfico mostrando o gradativo aumento da atuação feminina no magistério a partir dos anos de 1930, se tornando maioria absoluta por volta de 1970. Já Reis (1991, p. 67 e 72) nos afirma que desde o séc. XIX "o magistério já vinha se delineando claramente como um campo de trabalho feminino", e que as mulheres já chegavam a "70% do total de funcionários encarregados do ensino" por volta de 1921.

São vários fatores que contribuíram para o aumento do número de mulheres na área da educação, principalmente no que se diz respeito a ensino primário. Um desses fatores diz respeito ao processo de industrialização do país. Neste período as mulheres começaram a possuir uma vida social externa à função apenas de dona do lar, tornando-se participantes do mundo do trabalho, seja como forma de complementar a renda de sua família, devido o baixo salário dos maridos ou mesmo aquelas solteiras que buscavam maneiras de subsistência, buscando principalmente a profissão docente. Isso se dava principalmente devido a associação de que o magistério era uma extensão da maternidade, como se fosse algo natural e próprio do universo feminino, pois dentre as características femininas que se adequavam às da profissão de ensinar, destacam-se:



A proximidade das atividades do magistério com as exigidas para as funções de mãe; as "habilidades" femininas que permitem um desempenho mais eficaz de uma profissão que tem como função cuidar de crianças; a possibilidade de compatibilização de horários entre o magistério e o trabalho doméstico, [...]; a aceitação social para que as mulheres pudessem exercer essa profissão. (HYPÓLITO, 1997, p. 55).

Outro fator que teria contribuído para o ingresso das mulheres no magistério seria, como destaca Nóvoa (1991), a saída dos homens desse mercado de trabalho devido as condições de trabalho e os baixos salários. Assim, o autor comenta que os homens passaram a procurar por profissões com uma maior remuneração salarial.

Gonçalves (2009, p. 42) apud Bruschini e Amado (1998) elenca como sendo outro fator histórico, econômico e social que "influenciou na saída dos homens e na entrada das mulheres na área da educação diz respeito às representações sociais relativas à manutenção financeira do lar." Antes das mulheres atuarem no mercado de trabalho os homens eram vistos como os provedores do lar, e a mulher ao ingressar numa profissão "aceitava com maior facilidade um salário menor, por considerar que se tratava apenas de uma complementação com as despesas domésticas".

É evidente que o magistério ser constituído hoje largamente por mulheres, a ponto de formar representações sociais de que tal profissão é melhor executada por mulheres em detrimento dos homens, e o abandono, e/ou o não interesse dos homens pela profissão têm motivos históricos e sociais muito mais profundos dos que os elencados acima, e de fato merecem estudos minuciosos. Entretanto não é a intenção aqui fazer ou trazer tal investigação em seus por menores, e sim ilustrar de modo geral alguns dos motivos levantados por autores que já desenvolvem pesquisas na área, sobre a feminização do magistério, para uma previa compreensão do que se tenta abordar neste trabalho.

2.3. Atuação masculina no magistério?

Como já levantado o magistério é um "território" predominantemente feminino. Hoje por ser visto principalmente como uma função na qual se deve ter amor às crianças, paciência,



delicadeza e carinho, características atribuídas no imaginário social ao gênero feminino, leva ao preconceito e a discriminação de gênero daqueles homens que buscam atuar profissionalmente com a educação nos anos iniciais. Segundo Ploennes (2012):

Na educação infantil, os relatos são de discriminação, questionamento à sexualidade e desconfiança quanto à competência profissional. No ensino fundamental, o processo de alfabetização gera apreensão nos próprios professores homens, ainda inseguros em relação às suas habilidades.

Dados do MEC com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007 revelam números mais precisos sobre a presença masculina e feminina em todos os níveis da Educação Básica segundo o sexo, comprovando a disparidade entre homens e mulheres nas series iniciais, se compondo números mais equiparados a partir do ensino médio como mostra gráfico abaixo:

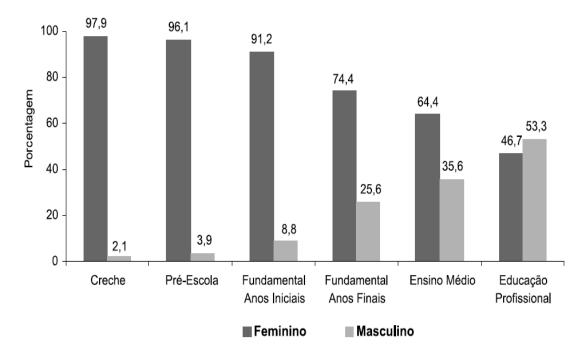


Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007

Fonte: MEC/Inep/Deed



Segundo a investigação, "se consideradas todas as etapas e modalidades da educação básica, 81,6% dos professores que estavam em regência de classe são mulheres e somam mais de um milhão e meio de docentes (1.542.925)" (BRASIL, p. 22). Estes números podem ser explicados também, como argumenta Ploennes (2012) "segundo o professor de Sociologia da Educação Frederico Assis Cardoso, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Fae-UFMG)" porque "os homens têm certa preferência em assumir espaços 'ainda demarcados para a vivência de suas masculinidades', como supervisão e chefia ou aulas de educação física, laboratórios de informática ou de ciências", o que também revela muito sobre as representações sociais acerca do papel e das funções profissionais que são atribuídas ou esperadas para o gênero masculino. E segue:

"Há professores que se sentem bastante contemplados em trabalhos de musicalização, de jogos e brincadeiras com as crianças. Isso pressupõe o acesso aos cargos disponíveis nas escolas com mais facilidade do que as mulheres, contando inclusive com elas para que isso seja possível. É a reprodução das relações sociais de gênero em que os homens continuam gozando de mais privilégios na hierarquia de cargos com mais prestígio, em funções de atribuição de controle e poder', analisa, com base em seus estudos para a dissertação de mestrado Homens fora de lugar?" (Ploennes 2012).

De fato o homem é minoria na carreira docente, segundo dados levantados até aqui. E como argumentado, aqueles que atuam nos níveis infantis da educação diretamente com as crianças sofrem algum tipo de preconceito e discriminação de gênero como já demonstrado por autores como Assis (2000), Sarat e Campos (2008), Gonçalves (2009), e Vianna apud Mandelli (2010), devido às inúmeras representações desenvolvidas acerca dos papeis de gênero de homens e mulheres na docência. Muitos dos pais podem ter medo em deixar seus filhos, principalmente meninas, nos cuidados de homens para banhá-los (as) e trocá-los (as) por exemplo. A escola pode dificultar o acesso desses professores justamente por receberem alegações dos pais para que seus filhos não tenham seus cuidados íntimos realizados por homens, dentre inúmeras outras coisas possíveis para esta situação. Entretanto, o que pensam as mulheres professoras que já tiveram, ou não, um convívio mais próximo com um profissional do sexo masculino nas instituições de ensino em que atuam ou que já atuaram?



Considerações em andamento

Não pretendeu-se com este artigo fazer apologia de nenhum tipo acerca da importância, ou necessidade de se ter a presença de homens dentro do magistério, nem tão pouco gerar ou reproduzir discursos de preconceito sobre a presença majoritária de mulheres principalmente no que tange a educação infantil. Este trabalho teve por objetivo fazer um breve levantamento de fatores históricos e sociais que permitiram o ingresso, em sua maioria, de mulheres nesta área de atuação. Assim, tentou-se compreender em certa medida as representações preconceituosas que se formou ao longo da história da educação no Brasil sobre os homens professores que optam por atuar com crianças, e também as representações do papel da mulher como educadora, vinculando esta ao discurso de se adequar melhor ao cargo por "naturalmente" em seu papel maternal ser gentil, habilidosa, paciente e virtuosa com as crianças.

Por se caracterizar como um trabalho de pesquisa em andamento, entendo que as discussões apontadas aqui não se esgotarão, permitindo sempre um aprofundamento da temática e de estudos que melhor tentem compreender esta realidade, com o intuito em suma de desmistificar estas representações nas quais propagam discursos normativos sobre o papel que cada sujeito deve desempenhar socialmente, gerando ações preconceituosas sobre os que parecem fugir a estas regras padronativas.

Deste modo como continuidade para o trabalho aqui apresentado, serão desenvolvidas pesquisas e entrevistas com professoras de educação infantil dos municípios de Naviraí, no interior do estado de Mato Grosso do Sul, e de Mamanguape, Interior do estado da Paraíba. Predente-se assim traçar um paralelo entre os discursos destas profissionais de regiões distintas do país, para que possam ser identificadas suas representações sobre a presença e atuação de profissionais do sexo masculino nesta mesma área de atuação. Buscando verificar se há difusão de representações preconceituosas por partes destas professoras, ou se estas vêm que uma boa atuação em sala independe de questões de gênero, sendo necessários assim o empenho e o comprometimento de cada um como profissional.



Referências Bibliográficas

ABREU, J. J. V. Educação e gênero: homens no magistério primário de Teresina (1960 a 2000). 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Fundação Universidade Federal do Piauí, UFPI, Piauí, 2003.

ALVES, Rubem. Conversa com quem gosta de ensinar. São Paulo: Ars Poética, 1995.

ARAÚJO, H. C. G. As mulheres professoras e o ensino estatal. Educação e Realidade, n. 2. Porto Alegre, vol. 15, p. 45- 57, jul./dez. 1990.

ARAUJO, Messias Pereira; HAMMES, Care Cristiane. Interfaces da Educação: a androfobia na educação infantil. Paranaíba, v.3, n.7, p.5-20, 2012.

ASSIS, Regina de. A educação infantil dá retorno. *Educação Infantil*, São Paulo, ed. 32. Entrevista concedida a Denise Pellegrini.

BRASIL. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. — Brasília : Inep, 2009.

CAMPOS, Míria Izabel; SARAT, Magda. Memórias de infância e identidade de gênero na formação das profissionais na educação infantil. PPGE/UFGD. Fazendo gênero 8, corpo, violência e poder. Santa Catarina: UFGD. 25 a 28 de agosto de 2008.

CARVALHO, Marília Pinto de. Trabalho docente e relações de gênero: Algumas indagações. Revista Brasileira de Educação, nº 2, 1996.

COSTA, Fernanda Ortiz; ANTONIAZZI, Adriane Scomazzon. A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percepções dos pais. Paidéia, FFCLRP-USP, Rib. Preto, junho de 1999.

GONÇALVES, Josiane Peres. O perfil profissional e representações de bem-estar docente e gênero em homens que tiveram carreiras bem-sucedidas no magistério. / Josiane Peres Gonçalves — Porto Alegre, RS: PUC-RS, 2009. Tese (Doutorado) — Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. Representações sociais de homens professores sobre o trabalho educativo desenvolvido com crianças. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 13, n. 3, p. 45-52, set./dez. 2010.

HYPÓLITO, A. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Coleção



Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LOURO, G. L. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In CATANI, D. B. et alii (Orgs.). Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MANDELLI, Mariana. Presença masculina ajuda na diversidade, Especialistas apontam que crianças necessitam de referencial paterno. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100215/not_imp511386,0.php Acesso em: 23 jun. 2012.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. Revista Múltiplas Leituras, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008.

MOSCOVICI, S. A social psychological analysis. London: Academic Press, 1973.

. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NOVAES, M. E. Professora primária: mestra ou tia. Coleção Educação Contemporânea. São Paulo: Cortez, 1984.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 4, p. 109- 139, out. 1991.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In OLIVEIRA, F. (Org.). Psicologia social contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 104-117.

PLOENNES, Camila. Fora do lugar? Revista educação, ed. 185, setembro de 2012. Disponível em: http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/185/fora-do-lugarminoria-emtodos-os-niveis de-ensino-os-267505-1.asp. Acessado em: Nov. 2014.

REIS, Maria Candida Delgado. Tessitura de destinos: mulher e educação. (Dissertação de mestrado). Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

SECO, G. M. S. B. A satisfação dos professores: teorias, modelos e evidências. Porto: Asa Editores, 2002.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.